

# Desigualdades no mercado de trabalho e perfil de adoecimento das mulheres trabalhadoras brasileiras

Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador (CGSAT/DSASTE/SVS).\*

A Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador (CGSAT), do Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública (DSASTE), da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, apresenta neste boletim o perfil produtivo e epidemiológico das mulheres trabalhadoras no Brasil, apontando as desigualdades e dificuldades vivenciadas por elas na inserção no mercado de trabalho, quando comparadas aos homens. Esse Boletim faz uma menção especial às mulheres, mães e trabalhadoras, que mesmo com a sobrecarga das jornadas de trabalho, ainda enfrentam, com brilhantismo, um outro turno de trabalho dentro de casa quando, em sua maioria, assumem sozinhas a educação e os cuidados com os filhos.

## Introdução

As características da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro são resultantes de transformações econômicas, políticas e sociais. Historicamente, o trabalho das mulheres assumiu, em relação ao dos homens, um caráter complementar na sustentação da família<sup>1</sup>. No entanto, segundo a Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, dados apontam que a participação das mulheres no mercado de trabalho vem aumentando no Brasil e que houve um crescimento da ocupação feminina em postos formais de trabalho, passando de 40,8% em 2007 para 44% em 2016<sup>2</sup>.

Diversos fatores têm sido responsáveis por esse contínuo crescimento da atividade produtiva feminina, tais como mudanças nos padrões de comportamento da sociedade e nos arranjos familiares, aumento da escolaridade, queda da taxa de fecundidade, crescente urbanização e expansão da industrialização<sup>3</sup>.

No entanto, a inserção de mulheres e homens no mercado de trabalho ainda é marcada por desigualdades observadas nas diferenças salariais,

no acúmulo de atividades laborais domésticas, de cuidados com os filhos, e segregação ocupacional para as mulheres<sup>4,5,6</sup>. O desemprego também afeta de forma distinta homens e mulheres. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que, em 2018, para cada dez homens empregados apenas seis mulheres possuíam empregos<sup>4</sup>.

No Brasil, as mulheres estão mais envolvidas em ocupações relacionadas à educação, saúde, serviços sociais, comércio, reparação e serviços domésticos. Essas atividades, muitas vezes, oferecem baixa remuneração<sup>4</sup>, vínculos frágeis e apresentam condições precárias de saúde e segurança. Essas características podem ser determinantes no processo saúde-doença daquelas trabalhadoras.

Diversos estudos apontam que algumas doenças relacionadas ao trabalho, tais como Lesões por Esforços Repetitivos e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/Dort), transtornos mentais, acidentes de trabalho com exposição a material biológico, intoxicações exógenas e distúrbios de voz são mais frequentes em ocupações desenvolvidas majoritariamente por mulheres<sup>7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14</sup>.

Assim, como forma de orientar as práticas de saúde do trabalhador, é necessário considerar nas condições de saúde das mulheres as consequências das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, a sobrecarga das atividades domésticas e dos cuidados com os filhos. Dessa forma, o objetivo deste boletim é analisar o perfil produtivo e descrever a morbidade de doenças e agravos relacionados ao trabalho das mulheres no Brasil, identificando desigualdades de gênero.

## Métodos

Trata-se de um estudo descritivo sobre o perfil produtivo e epidemiológico da mulher trabalhadora no Brasil.

Para o delineamento do perfil produtivo foram utilizados os dados populacionais extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)<sup>15</sup> para os anos de 2005 a 2015 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)<sup>16</sup> para os anos de 2012 a 2019, ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>15</sup>.

As variáveis descritoras dos dados populacionais foram: população economicamente ativa ocupada (Peao)<sup>17</sup>, sexo, ano, população desempregada, faixa de rendimento salarial, anos de estudo, filhos nascidos vivos, grandes grupos de atividades econômicas e regiões do Brasil.

Para o delineamento do perfil epidemiológico da mulher trabalhadora no Brasil, foram utilizados os dados sobre doenças e agravos relacionados ao trabalho (DART) extraídas do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan), no período de 2010 a 2019, registrados nas fichas de: acidente de trabalho, acidente de trabalho com exposição a material biológico, intoxicação exógena, LER/Dort, pneumoconioses, transtornos mentais relacionados ao trabalho, dermatoses ocupacionais, perda auditiva induzida por ruído (PAIR) e câncer relacionado ao trabalho.

As variáveis descritoras utilizadas das fichas do Sinan foram: sexo, ano, tipo de DART e ocupação.

Foram calculadas frequências absolutas, relativas, variação percentual proporcional, razão de proporção de desempregados entre homens e mulheres, razão de risco entre os sexos para cada DART e coeficiente de incidência (CI) por 100 mil da Peao.

## Resultados

### Perfil produtivo da mulher trabalhadora no Brasil

A análise realizada com os dados da PNAD, indica que em 2005, existiam no Brasil 87,6 milhões de trabalhadores, sendo 36,8 milhões (42,1%) mulheres. Em 2015, houve um aumento de 8,8% em relação a 2005, alcançando um total de 95,3 milhões de trabalhadores, sendo que entre trabalhadoras, no mesmo período, este aumento foi 10,3%, passando para 40,6 milhões. A população de mulheres trabalhadoras representou 42,7% do total da Peao no referido ano. Em todos os anos do período de 2005 a 2015, o número

de trabalhadoras foi menor em comparação ao de trabalhadores do sexo masculino (Figura 1).

Em 2015, a maior parte das trabalhadoras estava nas faixas etárias de 30 a 39 anos (27,0%); e 40 a 49 anos (23,5%), eram da raça/cor branca (48,0%) e possuíam de 11 a 14 anos de estudo (45,3%).

Entre os anos de 2012 e 2019 – segundo análise realizada com os dados da PNAD Contínua -, a proporção de desemprego entre as mulheres aumentou, passando de 9,2% para 14,0%. No período, a porcentagem de mulheres desempregadas esteve sempre superior a porcentagem total de trabalhadores desempregados (somando homens e mulheres) e ao total de trabalhadores homens desempregados. Nos anos analisados, a razão de sexo mostrou predominância de desemprego para o sexo feminino com valores que variaram de 1,3 a 1,5 – ou seja para cada homem desempregado, havia até cinco mulheres na mesma situação (Figura 2).

A partir da análise do rendimento salarial mensal, dos dados da PNAD em 2015, observou-se maior porcentagem de mulheres em relação aos homens para as categorias sem rendimento (56,3%) e rendimento de até ½ salário mínimo (53,9%). Também foi observado que quando a faixa de rendimento mensal aumentou, a proporção de mulheres em relação aos homens diminuiu (Figura 3).

Comparando-se o “número de filhos” e a situação de trabalho, a análise apontou que 64,8% das mães empregadas tinham um filho; 59,1% tinham dois filhos; e 51,6% tinham três filhos – foi maior do que as desempregadas. Essa situação se invertia quando o número de filhos era igual ou superior a quatro, ou seja, quanto maior o número de filhos maior a proporção de mães desempregadas (Figura 4).

A maior parte das trabalhadoras no Brasil em 2015, estava empregada nas seguintes atividades econômicas: educação, saúde e serviços sociais (17,5%); comércio e reparação (15,8%); e serviços domésticos (12,9%).

Nas macrorregiões brasileiras, as principais atividades econômicas apresentam-se nas seguintes proporções: 18,3% das mulheres empregadas no Sudeste estavam nas áreas da educação, saúde e serviços sociais; 15,4% no comércio e reparação; e 13,4% nos serviços domésticos. No Centro-Oeste, 18,2% das trabalhadoras nas áreas de educação,

saúde e serviços sociais; 16,2% em comércio e reparação; e 14,5% em serviços domésticos.

Nas regiões Norte e Nordeste, as atividades econômicas com maiores proporções de trabalhadoras foram educação, saúde e serviços sociais, com 17,8% (Norte) e 17,1% (Nordeste); seguidas pelas atividades comércio e reparação com 17,3% e 16,3%, respectivamente; e as atividades agrícolas com 14,6% e 16,1%. Na região sul, os principais ramos de atividades entre as mulheres trabalhadoras foram educação, a saúde e serviços sociais com 15,8%, comércio e reparação com 15,5% e a indústria 13,4% (Tabela 1).

## Perfil epidemiológico da mulher trabalhadora no Brasil

No período de 2010 a 2019, foram registradas no Sinan 651.154 notificações de DART entre trabalhadoras, sendo a maior parte referente a Acidentes de trabalho com exposição a materiais biológicos (62,4%); Acidentes de Trabalho (25,8%); e LER/Dort (6,5%). No mesmo período, houve acréscimo no número de registros de todas as DART, principalmente de câncer relacionado ao trabalho (4.680,0%) transtornos mentais relacionados ao trabalho (523,7%) e intoxicações exógenas relacionadas ao trabalho (216,5%) (Figura 5).

No período analisado, observa-se a elevação no CI de todas as DART, principalmente de câncer relacionado ao trabalho (4.591,6%), transtornos mentais relacionados ao trabalho (512,2%) e intoxicações exógenas relacionadas ao trabalho (210,7%). Em 2019, os maiores coeficientes de incidência foram encontrados para acidentes de trabalho com exposição a materiais biológicos com a taxa de 115,8 por 100 mil trabalhadoras da Peao; Acidentes de Trabalho com 54,04 por 100 mil e LER/Dort com 8,99 por 100 mil (Figura 6).

A razão de risco de mulheres trabalhadoras desenvolverem DRT em relação aos homens, entre os anos de 2010 a 2019, foi de 169,94 para LER/Dort; de 147,81 para dermatoses; de 4,27 para acidentes com material biológico e de 2,76 para transtornos mentais (Figura 7).

As ocupações mais frequentes registradas nas notificações de LER/Dort entre 2010 e 2019 foram: faxineira (n=3.762), cozinheira (n=2.401) e alimentadora de linha de produção (n=2.278). Nas notificações de dermatoses faxineira (n=315), técnica em enfermagem (n=261) e trabalhadora da agropecuária (n=199). Entre

as notificações de acidente de trabalho com exposição a material biológico, as ocupações mais frequentes registradas foram: técnica em enfermagem (n=170.025), auxiliar de enfermagem (n=49.146) e enfermeira (n=36.602). Para as notificações de transtorno mental, as ocupações mais frequentes foram: técnica em enfermagem (n=398), professora de jovens e adultos de 1ª a 4ª série (n=388) e agentes comunitárias de saúde (n=283) (Figura 8).

## Discussão

Os dados apresentados demonstram diferenças importantes entre mulheres e homens quanto a inserção no mercado de trabalho, que podem refletir na forma de adoecer dessas trabalhadoras. As mulheres, além de possuírem menores rendimentos, menor participação no mercado de trabalho, de assumirem predominantemente as atividades domésticas e os cuidados com os filhos e estarem em maior proporção entre os desempregados, também estão mais expostas a alguns riscos de desenvolverem doenças e agravos relacionados ao trabalho. As ocupações em maiores proporções nas notificações de DART entre as mulheres são justamente aquelas que exigem menor nível de escolaridade. Em conjunto, esses dados mostram a vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho e sua maior susceptibilidade a ocuparem postos que, em geral, apresentam tarefas repetitivas, braçais, fragmentadas e socialmente pouco valorizadas.

Os dados de inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro coincidem com os do cenário mundial retratado pela OIT<sup>4</sup> que aponta que a taxa global de participação das mulheres na força de trabalho ainda é menor do que a dos homens, ou seja, as mulheres, tanto no Brasil quanto no mundo têm menor probabilidade de estarem inseridas no mercado de trabalho, situação que pode se agravar se elas forem mães.

As dificuldades encontradas pelas mulheres estão relacionadas, dentre outros fatores, às demandas desiguais impostas às mulheres no que diz respeito às responsabilidades domésticas e maternas que manifestam-se como desigualdades no mercado de trabalho e no tipo de emprego disponível para elas<sup>4</sup>. No Brasil, esse cenário fica evidente quando analisada a quantidade de filhos por mulher; nota-se que quanto maior a quantidade de filhos menor a participação das mães no mercado de trabalho, dado que sugere que a responsabilidade familiar com o cuidado dos filhos fica a cargo prioritariamente da mãe.

As mulheres, em uma proporção crescente, passaram a compartilhar com os homens o papel de prover renda para o sustento da família. Em 2015, 40% das famílias eram chefiadas pelas mães no Brasil<sup>18</sup>, contudo, muitas vezes essas mulheres estão sujeitas a condições de emprego vulneráveis e de baixas remunerações, principalmente as de menor grau de escolaridade<sup>4,19</sup>.

Devido ao acúmulo de funções maternas, domésticas e laborais, que impõe às mulheres duplas, ou triplas jornadas de trabalho, para conciliar as atividades, elas ficam mais suscetíveis a aceitar empregos com flexibilidade para uso de banco de horas, contratos temporários, remuneração segundo resultados, contratação por tempo determinado, contrato por safra ou por diária, contrato por experiência e estágio, terceirização, trabalhos em tempo parcial, contratação de pessoa jurídica, entre outras formas que reduzem os direitos trabalhistas e dificultam a estabilidade da trabalhadora<sup>4</sup>.

Pesquisas apontam que as mulheres recebem salários inferiores aos homens mesmo tendo nível de escolaridade semelhante; o número de mulheres com 15 anos ou mais de estudo é superior ao número de homens, no entanto, o rendimento mensal delas foi menor do que o dos homens<sup>20,4</sup>. Destaca-se que as desigualdades salariais no Brasil atingem principalmente as mulheres negras que têm média salarial inferior à de mulheres brancas<sup>20</sup>. Essa diferença, em nível mundial, também é apontada pelas estatísticas da OIT<sup>4</sup>.

As técnicas de enfermagem e enfermeiras, ocupações do setor saúde, que compreendem atividades econômicas, nas quais as mulheres estão bastante inseridas, apresentam maior número de notificações de transtorno mental relacionado ao trabalho. Dentre os fatores de risco para o sofrimento/adoecimento mental, presentes nos ambientes e processos de trabalho, destacam-se: longa jornada de trabalho; deficiência de recursos humanos e materiais; pressão da carga de serviço; burocratização; falta de autonomia; cobranças administrativas; humilhações e ofensas; medo de demissão; complexidade do trabalho; condições precárias para realização do cuidado a pessoas com doenças graves e risco de morte; ambientes de trabalho insalubres, conflitos internos e as exigências da instituição, entre outros<sup>21</sup>.

As professoras também aparecem com importante número de notificações de transtorno mental relacionado ao trabalho. Diversos estudos apontam os seguintes fatores de risco para este agravo nessa ocupação: sobrecarga de trabalho; falta de controle sobre o

tempo; problemas comportamentais dos estudantes; burocracia excessiva; dificuldade de relacionamento com supervisores; falta de reconhecimento; violência nas instituições escolares; escassez de material e precariedade das condições de trabalho; baixa autonomia; escassez de tempo para preparo das aulas; e exigência de alta produtividade<sup>7,8,12</sup>.

Em relação às dermatoses ocupacionais, houve predomínio de casos notificados em faxineiras, técnicas de enfermagem, trabalhadoras agropecuárias e empregadas domésticas. O contato recorrente dessas trabalhadoras com produtos químicos, como: detergente líquido, detergente em pó, sabão em pó, cera, água sanitária, desinfetante, inseticida, repelente de inseto e raticida, pode causar destruição do manto lipídico da epiderme produzindo *secura* da pele, eritema, descamação e fissuras. A umidade da pele devido ao uso constante de água, o atrito inerente ao desempenho das atividades laborais, e a necessidade frequente de higienização das mãos e desinfecção dos ambientes são fatores de risco para o desenvolvimento de alterações dermatológicas nessas ocupações<sup>9,13</sup>. O uso de agrotóxicos por trabalhadoras rurais também se constitui como fator de risco para dermatose<sup>10</sup>.

Os resultados apontaram uma grande ocorrência de LER/Dort no Brasil, no período de 2010 a 2019 entre trabalhadores da limpeza (empregada doméstica, diarista, faxineira, lavadeira, auxiliar de limpeza, entre outras). Os dados que coincidem com achados de outros estudos da literatura científica nacional<sup>10,11</sup>. A ocorrência de LER/Dort nessas ocupações está associada a determinadas características do trabalho que incluem: repetitividade e frequência de execução de determinados movimentos ao longo do tempo; postura incorreta; sobrecarga de trabalho e falta de tempo para realização das tarefas; desgaste físico e emocional; sobrepeso; sobrecargas físicas e/ou psíquicas; e desgaste físico-emocional<sup>12</sup>.

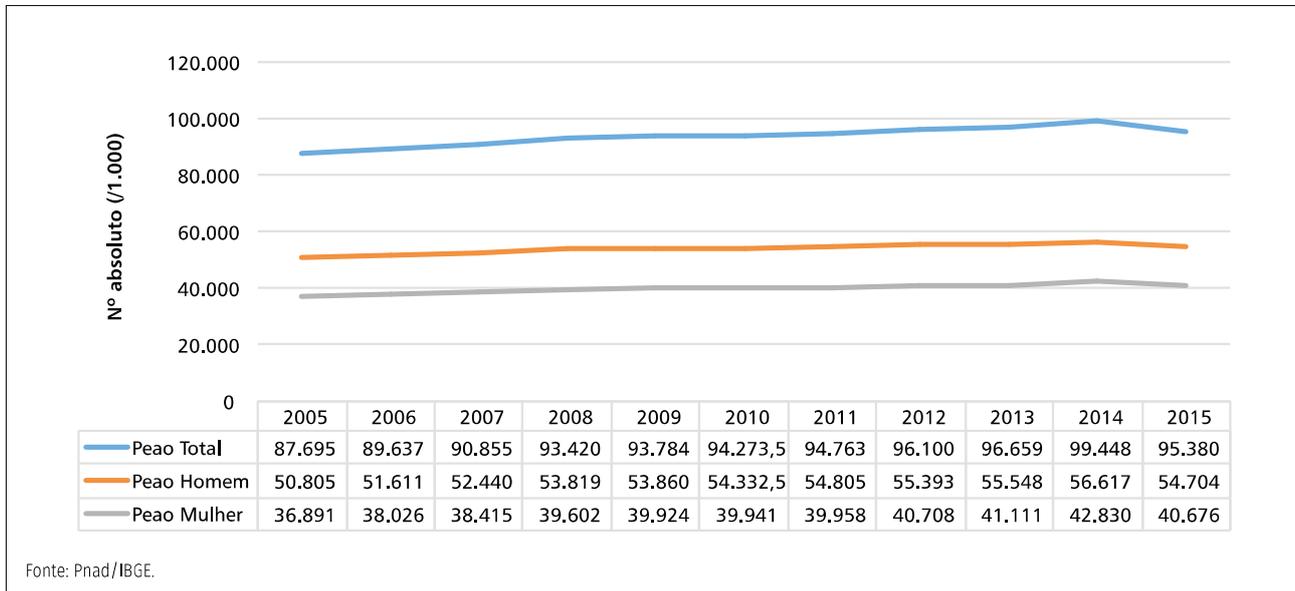
Em relação aos acidentes de trabalho com exposição a material biológico, os resultados do presente estudo corroboram os achados de outras pesquisas que mostram a predominância de acidentes entre auxiliares e técnicas de enfermagem<sup>22,23</sup>. Essas profissionais são as que prestam, com maior frequência, assistência direta ao paciente, ficando mais expostas ao risco de acidente e também estão sujeitas a outros fatores de risco na realização das tarefas como extensas jornadas de trabalho, desgaste físico e emocional, condições precárias quanto a estrutura, pessoal, insumos e capacitações para realização das atividades<sup>22</sup>.

## Considerações finais

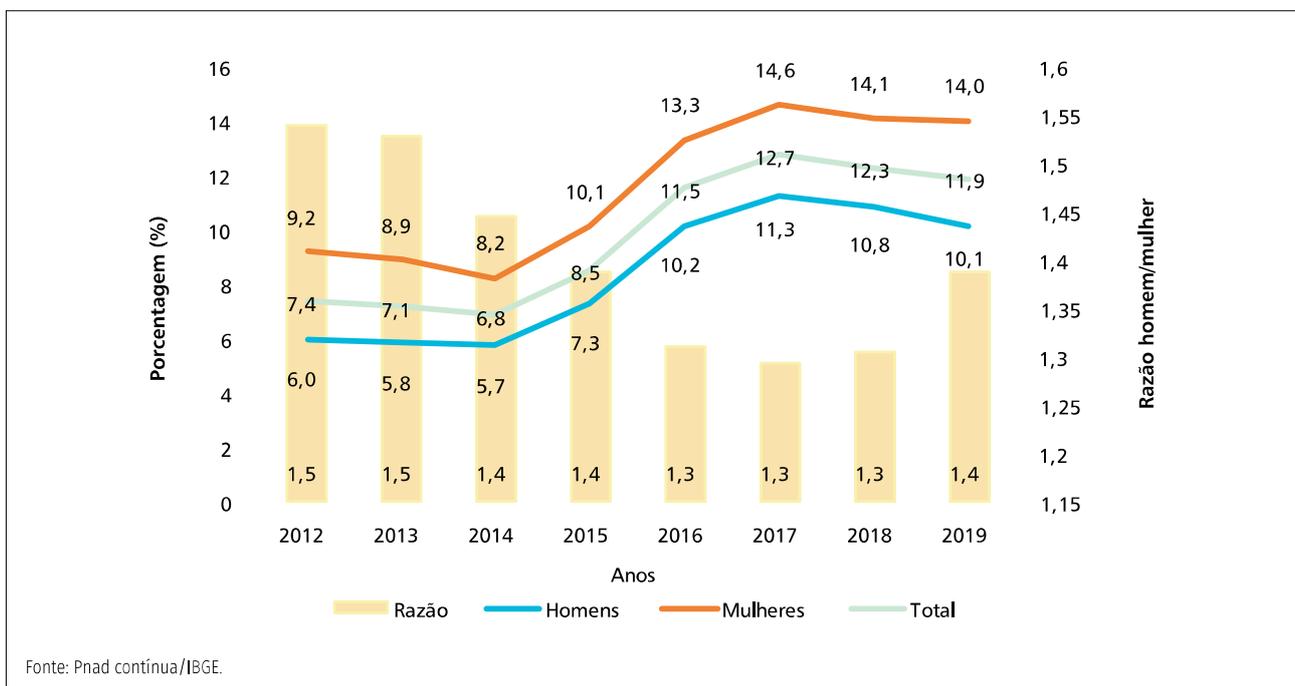
A saúde das trabalhadoras é determinada, entre outros, por um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais. No Brasil e no mundo, as mulheres continuam enfrentando desigualdades e preconceitos em relação aos homens no mercado de trabalho e na divisão de tarefas doméstica e de cuidados com os filhos, que podem contribuir com as iniquidades em saúde. Destaca-se que a inserção no mercado de trabalho está inversamente proporcional à quantidade de filhos e diretamente proporcional ao percentual de trabalhadoras no trabalho informal e em condições precárias de trabalho. As principais atividades de inserção das mulheres no mercado de trabalho são: setores da educação, saúde e serviços sociais, comércio e reparação e os serviços domésticos, apresentam características nos processos de desenvolvimento das tarefas, que podem estar associadas com doenças e agravos relacionados ao trabalho, tais como transtornos mentais e LER/Dort.

As informações trazidas neste Boletim que corroboram as de outros estudos similares, demonstram a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas com foco na prevenção e promoção de saúde das mulheres e mães trabalhadoras. Tais políticas devem ser transversais, contemplando setores governamentais além da área da saúde, para possibilitar a elas melhores oportunidades e condições de estudo e trabalho, assim como mecanismos de responsabilização compartilhada nas tarefas domésticas e de cuidados aos filhos. Neste sentido, a articulação entre as ações da Política Nacional da Atenção Integral à Saúde da Mulher e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora é fundamental, como forma de indução de outras políticas e ações intersetoriais e interinstitucionais, capazes de trazer mudanças positivas no perfil de inserção das mulheres no mercado de trabalho e na saúde das mulheres, mães e trabalhadoras do Brasil.

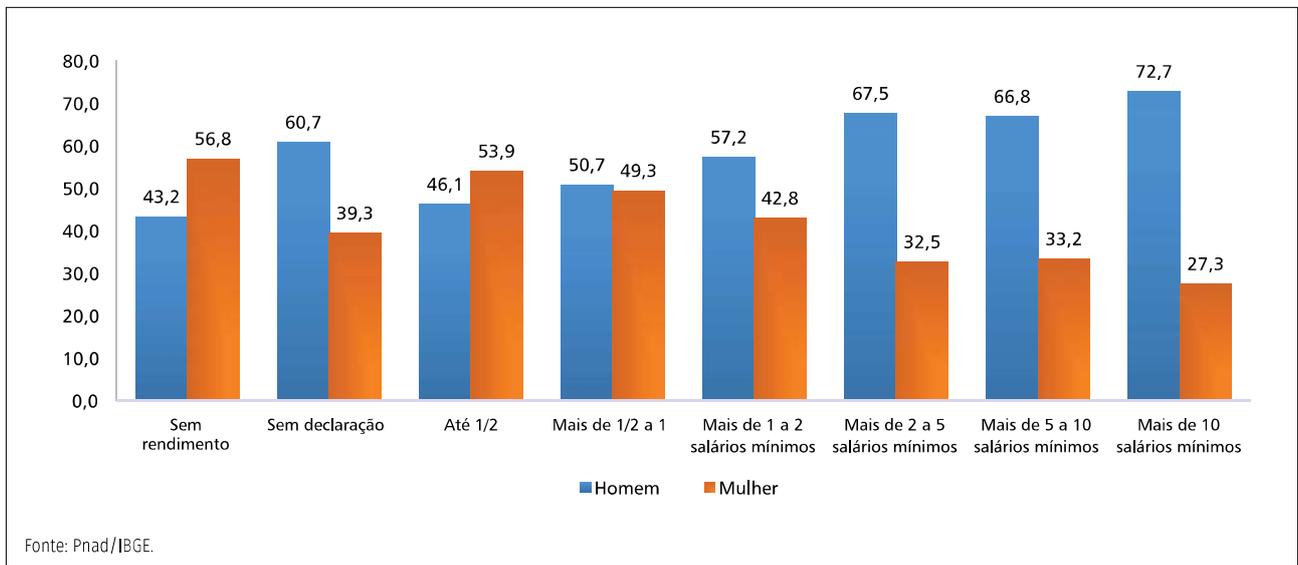
## Anexos



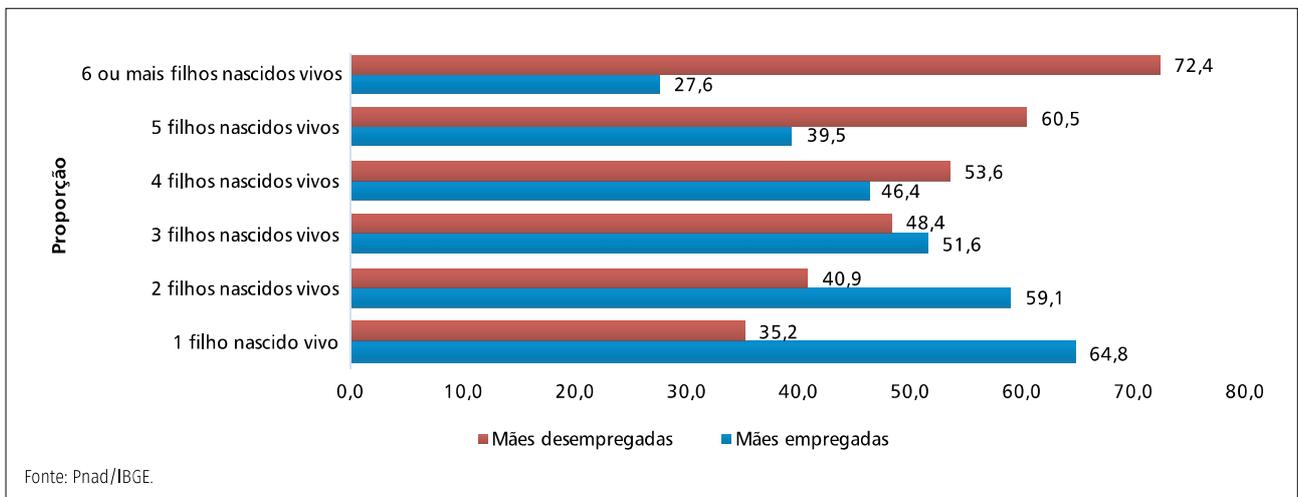
**FIGURA 1** População economicamente ativa ocupada (PEAO), por ano e sexo, Brasil 2005 a 2015



**FIGURA 2** Proporção de desempregados e razão de proporção de desempregados entre homens e mulheres, por ano e sexo, Brasil 2012 a 2019



**FIGURA 3** Faixa de rendimento mensal salarial por sexo, Brasil, 2015

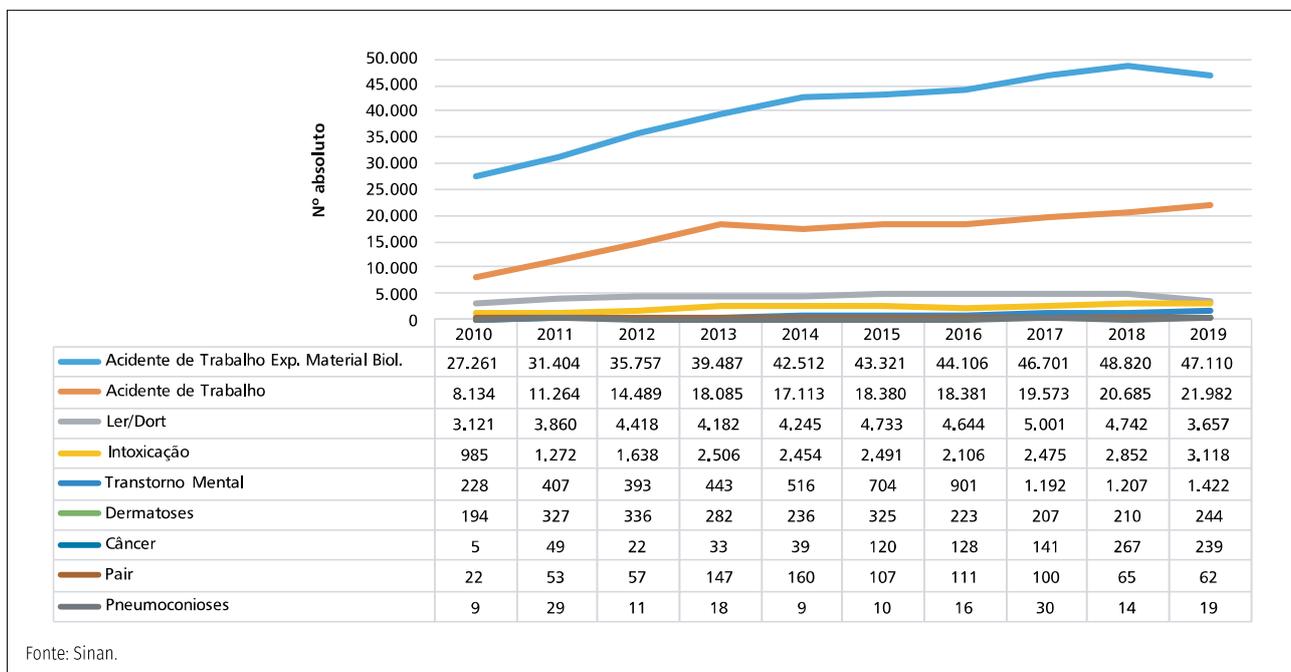


**FIGURA 4** Proporção de filhos nascidos vivos segundo condição de ocupação das mães trabalhadoras, Brasil, 2015

**TABELA 1** Distribuição das trabalhadoras de acordo com atividade econômica e região. Brasil, 2015

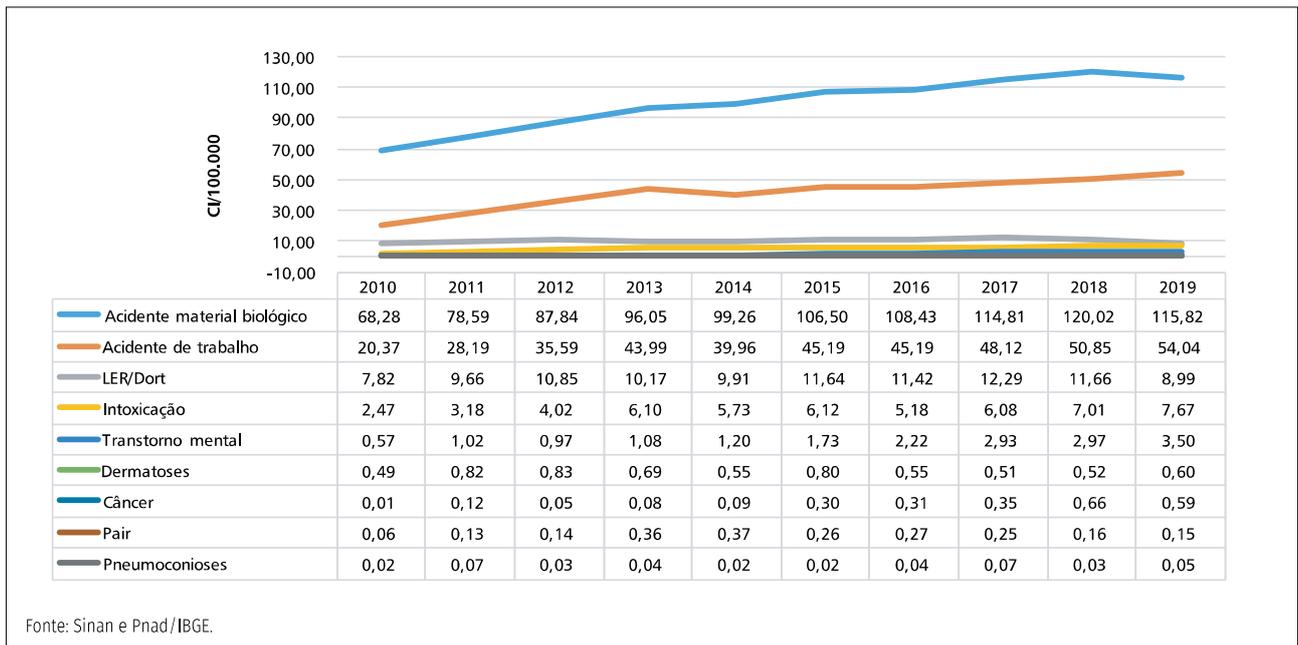
Atividades econômicas por grande grupo	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Educação, saúde e serviços sociais	548.000	17,8	1.853.000	17,1	3.637.000	18,3	1.198.000	15,8	644.000	18,2	7.880.000	17,5
Comércio e reparação	534.000	17,3	1.763.000	16,3	3.065.000	15,4	1.176.000	15,5	572.000	16,2	7.110.000	15,8
Serviços domésticos	389.000	12,6	1.417.000	13,1	2.675.000	13,4	789.000	10,4	513.000	14,5	5.783.000	12,9
Indústria	222.000	7,2	857.000	7,9	1.977.000	9,9	1.026.000	13,6	288.000	8,2	4.370.000	9,7
Indústria de transformação	214.000	7,0	837.000	7,7	1.928.000	9,7	1.011.000	13,4	282.000	8,0	4.272.000	9,5
Agrícola	450.000	14,6	1.745.000	16,1	861.000	4,3	699.000	9,2	182.000	5,2	3.937.000	8,8
Outras atividades	117.000	3,8	528.000	4,9	1.957.000	9,8	539.000	7,1	299.000	8,5	3.440.000	7,7
Alojamento e alimentação	214.000	7,0	657.000	6,1	1.173.000	5,9	332.000	4,4	228.000	6,5	2.604.000	5,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	147.000	4,8	531.000	4,9	1.324.000	6,6	368.000	4,9	210.000	5,9	2.580.000	5,7
Administração pública	188.000	6,1	503.000	4,6	772.000	3,9	281.000	3,7	243.000	6,9	1.987.000	4,4
Transporte, armazenagem e comunicação	29.000	0,9	87.000	0,8	400.000	2,0	103.000	1,4	51.000	1,4	670.000	1,5
Construção	26.000	0,8	57.000	0,5	157.000	0,8	42.000	0,6	20.000	0,6	302.000	0,7
<b>Brasil</b>	<b>3.078.000</b>	<b>100,0</b>	<b>10.835.000</b>	<b>100,0</b>	<b>19.926.000</b>	<b>100,0</b>	<b>7.564.000</b>	<b>100,0</b>	<b>3.532.000</b>	<b>100,0</b>	<b>44.935.000</b>	<b>100</b>

Fonte: Pnad/IBGE.

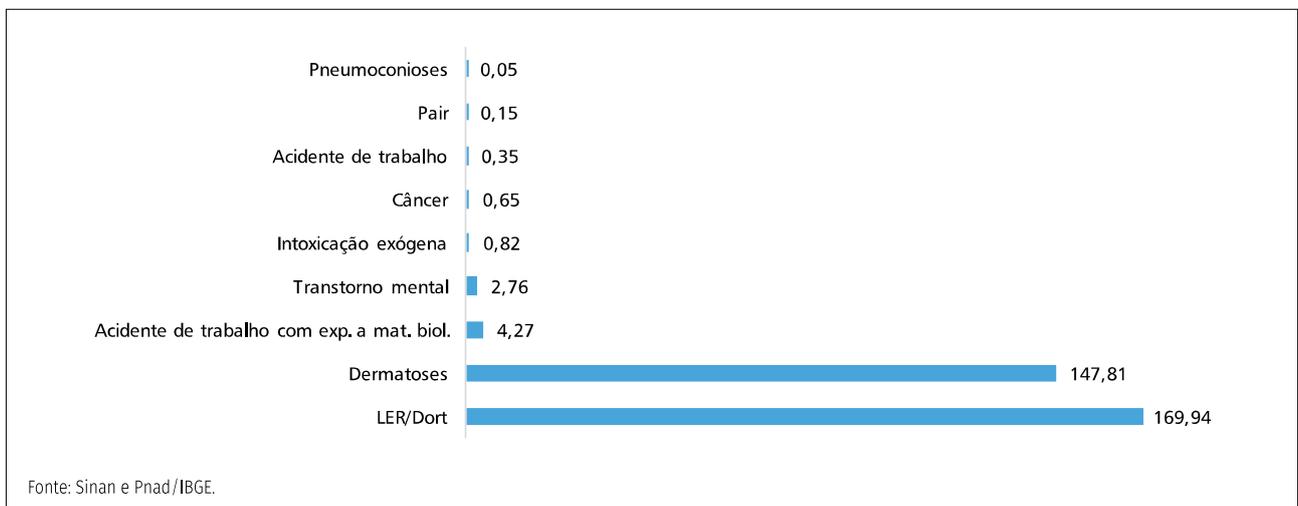


Fonte: Sinan.

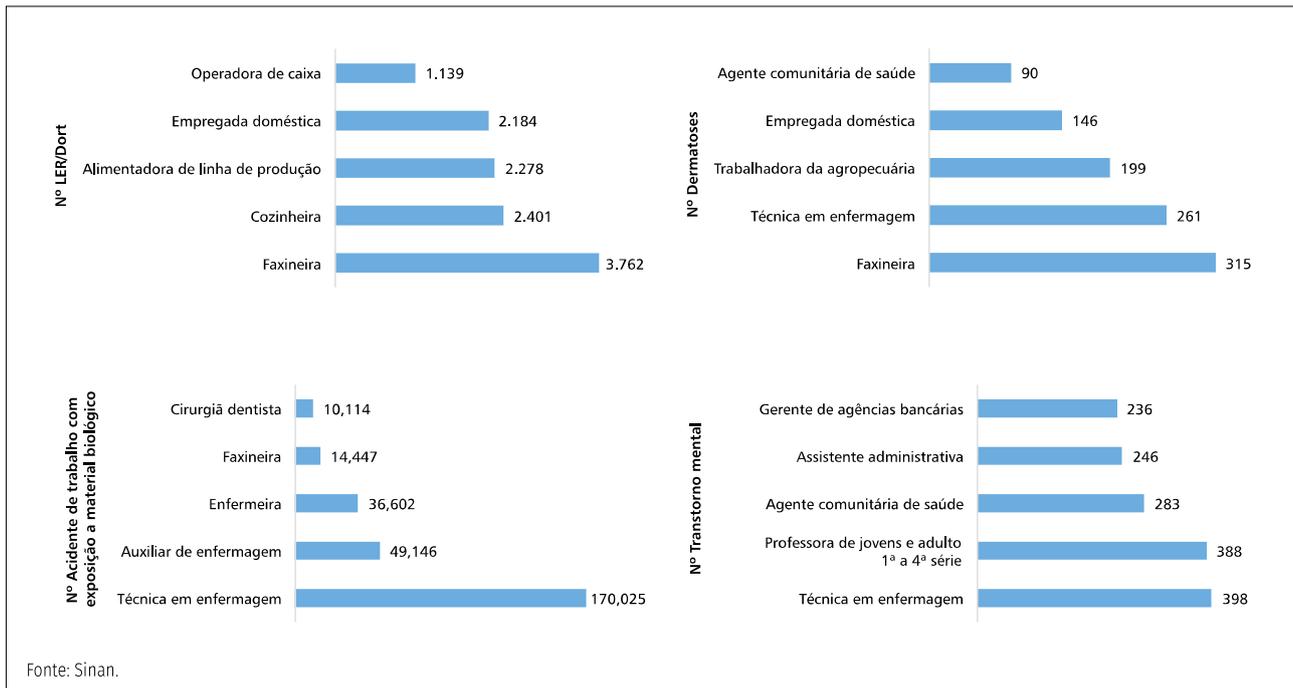
**FIGURA 5** Distribuição de doenças e agravos relacionados ao trabalho (DART) ocorridos entre mulheres, por ano, Brasil 2010 a 2019 (n=651.154)



**FIGURA 6** Coeficiente de Incidência (CI/100.000 trabalhadoras) de doenças e agravos relacionados ao trabalho (DART) ocorridos entre mulheres, por ano, Brasil 2010 a 2019 (n=651.154)



**FIGURA 7** Razão de risco entre sexos (feminino/masculino), segundo doenças e agravos relacionados ao trabalho, Brasil 2019



**FIGURA 8** Cinco ocupações mais frequentes registradas nas notificações de LER/Dort, dermatoses, acidentes de trabalho com exposição a material biológico e transtorno mental, Brasil, 2010 a 2019

## Referências

- Amaral, G. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. Revista eletrônica do curso de pedagogia do Campus Jataí-UFG, v. 2, n. 13, 2012.
- Ministério da Economia. Secretaria do Trabalho. Em dez anos, cai diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho. [publicação na web]; 2018 acesso em 16 de abril de 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/ydbx84tv>.
- Vidal, R.; Neto, A. Trabalhadoras brasileiras: características socioeconômicas e ocupacionais e perfil de saúde, Brasil, 2003. Rev. brasil. Saúde ocup., São Paulo, 2009.
- Organização Internacional do Trabalho. Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Avance global sobre Las Tendencias del Empleo Femenino 2018, Oficina Internacional del Trabajo – Ginebra: OIT, 2018, acesso em 15 de março de 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/yckfx9dr>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e socioeconômica, n. 38. 2018.
- Leite, M. Gênero e trabalho no Brasil: os desafios da desigualdade. Revista Ciência do Trabalho, n. 8, ago. 2017.
- Diehl, L.; Marin, A. H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. Est. Inter. Psicol., Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016.
- Batista, J. B. V., Carlotto, M. S. Oliveira, M. N., Zaccara, A. A.L, Barros, E.O, Duarte, M. C.S. Transtornos mentais em professores universitários: estudo em um serviço de perícia médica. J. res.: fundam. care. online 2016. abr./jun. 8(2):4538-4548.
- Silva, J. Os Trabalhadores de uma Central de Material e Esterilização e as Dermatoses Ocupacionais, 2016. [Monografia de Graduação em Enfermagem]. Universidade Santa Cruz do
- Freitas, C. Alencar, M. do C. B, Lopes, L. V, Souza, F. G. Perfil de sujeitos com transtornos dos tecidos moles atendidos em um serviço de saúde do trabalhador e as LER/DORT. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 305-312, 2015.

11. Gonçalves, A., Silva, J.K.C, Benedito, F.H.A, Tercariol, S. G. Prevalência das principais patologias consideradas doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Araçatuba/SP. Fisioterapia Brasil - Volume 14 - Número 1 - janeiro/fevereiro de 2013.
12. Gasparini, S.M, Barreto, S. M, Assunção, A. A. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(12):2679-2691, dez, 2006.
13. Santos, A. M. G. Estudo de dermatoses ocupacionais em trabalhadores do serviço de limpeza: revisão bibliográfica. Rio de Janeiro: CESTE/ENSP/FIOCRUZ, 2005.
14. Silva, L.H. Características Pessoais e Organizacionais relacionadas a Lombalgia em Faxineiras. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - Ergonomia, 2003.
15. BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD. Disponível em: <https://tinyurl.com/y7o2js79>.
16. BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Continua Anual - PNADC/A. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>
17. BRASIL. Ministério Da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. IBGE.
18. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de Gênero e Raça [publicação na web]. 2020, acesso em: 10 de março de 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/yczevfq>.
19. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Situação social da população negra por estado. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: IPEA, 2014. 115 p.: il., gráfs. color. Acesso em: 15 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/y8su99yb>.
20. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Carta de Conjuntura [publicação na web] 2019 acesso em: 13 de abril de 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc647gns>.
21. Silva Munhoz, C.S , Dantas, T.G. M , Ríncon L.A.A,Tognini, S. Fatores de risco para o transtorno mental relacionado ao trabalho em profissionais de enfermagem. Rev. Aten. Saúde, São Caetano do Sul, v. 16, n. 56, p. 83-93, abr./jun., 2018
22. Soares, R.Z, Schoen, A.S., Benelli, K.R.G, Araújo, M.S, Neves, M. Análise dos acidentes de trabalho com exposição a material biológico notificados por profissionais da saúde. Rev Bras Med Trab. 2019;17(2):201-8
23. Júlio, R. S.; Filardi, M. B. S; Marziale, M. H. P. Acidentes de trabalho com material biológico ocorridos em municípios de Minas Gerais. Rev. bras. enferm., Brasília, v. 67, n. 1, p. 119-126, Feb. 2014.

**\*Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador (CGSAT/DSASTE/SVS):** Anne Caroline Grudtner da Silva, Daniela Buosi Rohlfs, Flávia Nogueira e Ferreira de Souza, Giovana Ferreira Costacurta, Karla Baêta, Marcus Vinícius Quito, Milene Tramansoli Resende, Nathalie Alves Agripino e Olívia Marcolan Andrade.